



Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde

Rio de Janeiro, Brasil - 21 de outubro de 2011

1. Convidados pela Organização Mundial da Saúde, nós, Chefes de Governo, Ministros e representantes dos governos nos reunimos em 21 de outubro de 2011 no Rio de Janeiro para expressar nossa determinação em promover a equidade social e em saúde através de ações sobre os determinantes sociais da saúde e do bem-estar implementadas por meio de uma ampla abordagem intersetorial.
2. Compreendemos que a equidade em saúde é uma responsabilidade compartilhada e demanda o engajamento de todos os setores governamentais, de todos os segmentos da sociedade e de todos os membros da comunidade internacional em uma ação global de “todos pela equidade” e “saúde para todos”.
3. Sublinhamos os princípios e disposições contidos na Constituição da Organização Mundial da Saúde e na Declaração de Alma Ata de 1978, bem como na Carta de Ottawa de 1986 e na série de conferências internacionais sobre promoção da saúde, que reafirmaram o valor essencial da equidade em saúde e reconheceram que “o gozo do mais alto nível de saúde que se possa atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, religião, credo político e condição econômica ou social”. Reconhecemos que os governos têm uma responsabilidade pela saúde de seus povos, que somente pode ser cumprida por meio da promoção de medidas sociais e sanitárias adequadas, e que os esforços nacionais precisam ser apoiados por um ambiente internacional favorável.
4. Reafirmamos que as desigualdades em cada país e entre os países são política, econômica e socialmente inaceitáveis — além de injustas e, em grande parte, evitáveis — e que a promoção da equidade em saúde é fundamental ao desenvolvimento sustentável e a uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos, o que, por sua vez, contribui para a paz e a segurança.
5. Reiteramos nossa determinação de agir sobre os determinantes sociais da saúde de forma coletiva — tal como acordado na Assembléia Mundial da Saúde e refletido na resolução WHA62.14 (“Reduzir as desigualdades de saúde mediante ações sobre os determinantes sociais da saúde”), que, por sua vez, assinala as três recomendações gerais da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde: melhorar as condições de vida; combater a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; e medir a magnitude do problema, compreendê-lo e avaliar o impacto das intervenções.
6. As iniquidades em saúde são causadas pelas condições sociais em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, as quais recebem a denominação de determinantes sociais da saúde. Esses determinantes incluem as experiências do indivíduo em seus primeiros anos de vida, educação, situação econômica, emprego e trabalho decente, habitação e meio ambiente, além de sistemas eficientes para a prevenção e o tratamento de doenças. Estamos convencidos de que as intervenções sobre esses determinantes — para os grupos vulneráveis e a população como um todo — são essenciais para que as sociedades sejam inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis. Considerar a saúde e o bem-estar como um dos aspectos principais do que constitui uma sociedade bem-sucedida, inclusiva e justa no século 21 é coerente com o nosso compromisso em relação aos direitos humanos no âmbito nacional e internacional.
7. A boa saúde exige a existência de um sistema de saúde universal, abrangente, equitativo, efetivo, ágil, acessível e de boa qualidade. Contudo, ela também depende do envolvimento e do diálogo com outros setores e atores, visto que o desempenho destes gera impactos significativos sobre a saúde. Ações políticas coordenadas e intersetoriais são comprovadamente eficazes. A estratégia de Saúde em Todas as

Políticas, juntamente com a cooperação e ações intersetoriais, constitui um enfoque promissor para ampliar a responsabilização de outros setores em relação à saúde, além de promover a equidade em saúde e o desenvolvimento de sociedades mais inclusivas e produtivas. Enquanto metas coletivas, a saúde e o bem-estar para todos deveriam estar entre as mais altas prioridades no âmbito local, nacional, regional e internacional.

8. Reconhecemos que precisamos envidar mais esforços para acelerar o progresso na abordagem da distribuição desigual de recursos na área da saúde, bem como das condições que prejudicam a saúde em todos os níveis. Com base nas experiências compartilhadas nesta Conferência, expressamos a vontade política de fazer da equidade em saúde uma meta nacional, regional e global, além de enfrentar desafios atuais, como erradicar a fome e a pobreza; assegurar a segurança alimentar e nutricional; promover o acesso a água potável, saneamento, emprego, trabalho decente e esquemas de seguridade social; proteger o meio ambiente; e gerar crescimento econômico equitativo através de ações firmes sobre os determinantes sociais da saúde em todos os setores e em todos os níveis. Também estamos cientes de que, abordando os determinantes sociais, podemos contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

9. A atual crise econômica e financeira global demanda a adoção urgente de medidas para reduzir as crescentes iniquidades em saúde e para prevenir a piora nas condições de vida e a deterioração dos sistemas universais de serviços de saúde e proteção social.

10. Estamos cientes de que é preciso implementar ações sobre os determinantes sociais da saúde tanto nos países quanto no âmbito global. Enfatizamos que o aumento da capacidade dos atores globais, por meio de melhorias na governança global, promoção da cooperação e desenvolvimento internacionais e aumento da participação na formulação de políticas e monitoramento do progresso, é uma contribuição essencial para ações nacionais e locais sobre os determinantes sociais da saúde. A ação sobre os determinantes sociais da saúde deve ser adaptada aos contextos nacionais e subnacionais de cada país e região para que sejam levados em consideração os diferentes sistemas sociais, culturais e econômicos. Evidências resultantes de pesquisas e experiências, contudo, têm mostrado características comuns nas políticas e ações sobre os determinantes sociais da saúde bem-sucedidas. Cinco áreas são cruciais na abordagem das iniquidades em saúde: (i) adotar uma melhor governança no campo da saúde e do desenvolvimento; (ii) promover a participação na formulação e implementação de políticas; (iii) continuar reorientando o setor da saúde para a redução das iniquidades em saúde; (iv) fortalecer a governança e a colaboração global; e (v) monitorar os avanços e ampliar a prestação de contas. Agir sobre os determinantes sociais da saúde, portanto, significa que nós, representantes dos Governos, vamos realizar esforços, individual e coletivamente, no sentido de formular e apoiar políticas, estratégias, programas e planos de ação para abordar os determinantes sociais da saúde, com o apoio da comunidade internacional, que incluam:

11. Adotar uma melhor governança no campo da saúde e do desenvolvimento

11.1. Cientes de que a governança para abordar os determinantes sociais inclui processos decisórios inclusivos que deem voz a todos os grupos e setores envolvidos e formulem políticas efetivas que alcancem objetivos claros e mensuráveis, aumentem a prestação de contas e, principalmente, sejam justas tanto no processo de formulação das políticas quanto em seus resultados;

11.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Trabalhar com os diferentes setores e níveis de governo, inclusive, quando conveniente, mediante as estratégias de desenvolvimento nacional, levando em consideração sua contribuição para a saúde e para a equidade em saúde, e reconhecendo o protagonismo dos Ministérios da Saúde na defesa desse modelo;
- (ii) Formular políticas inclusivas que levem em conta as necessidades da população como um todo, com atenção especial aos grupos vulneráveis e áreas de risco;
- (iii) Apoiar programas abrangentes de pesquisa e levantamentos que forneçam informações para a formulação de políticas e implementação de ações;

- (iv) Promover a reflexão, a conscientização e a crescente responsabilização das autoridades quanto aos impactos de todas as políticas sobre a saúde;
- (v) Elaborar abordagens, incluindo parcerias efetivas, para envolver outros setores na identificação de papéis específicos e comuns na melhoria da saúde e na redução das iniquidades de saúde;
- (vi) Apoiar todos os setores no desenvolvimento de ferramentas e de capacidade para atuar sobre os determinantes sociais da saúde nos níveis nacional e internacional;
- (vii) Estimular a colaboração com o setor privado, protegendo-se contra conflitos de interesse, de modo a contribuir para a obtenção da saúde por meio de políticas e ações sobre os determinantes sociais da saúde;
- (viii) Implementar a resolução WHA62.14, que considera as recomendações do relatório final da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde;
- (ix) Fortalecer a segurança e a proteção da saúde ocupacional, assim como a sua fiscalização, além de estimular os setores público e privado a oferecer condições de trabalho saudáveis, contribuindo assim para a promoção da saúde de todos;
- (x) Promover e fortalecer o acesso universal aos serviços sociais e aos pisos de proteção social;
- (xi) Dar atenção especial a questões de gênero, assim como ao desenvolvimento na primeira infância, em políticas públicas e nos serviços sociais e de saúde;
- (xii) Promover o acesso a medicamentos de custo razoável, seguros, eficazes e de alta qualidade, inclusive através da implementação completa da Estratégia Global e Plano de Ação da OMS sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual;
- (xiii) Fortalecer a cooperação internacional com o objetivo de promover a equidade em saúde em todos os países através da transferência (em termos acordados mutuamente) de conhecimentos, tecnologia e dados científicos no campo dos determinantes sociais da saúde, além do intercâmbio de boas práticas para a gestão da formulação de políticas intersetoriais.

12. ***Promover a participação na formulação e implementação de políticas***

12.1 Cientes da importância dos processos participativos na formulação e implementação de políticas para uma governança eficiente no que tange às ações sobre os determinantes sociais da saúde;

12.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Promover e ampliar, no campo da saúde e na governança em saúde, processos de decisão, implementação e prestação de contas transparentes e inclusivos em todos os níveis, inclusive por meio da expansão do acesso à informação e à justiça e a participação pública;
- (ii) Potencializar o papel das comunidades e fortalecer a contribuição da sociedade civil na formulação e implementação de políticas através da adoção de medidas que permitam sua efetiva participação no processo decisório em prol do interesse público;
- (iii) Promover esquemas de governança transparentes e inclusivos, que envolvam desde o início os setores afetados em todos os níveis de governo, a sociedade civil e o setor privado, com a devida proteção contra os conflitos de interesses;

- (iv) No espírito da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, considerar os determinantes sociais específicos que geram iniquidades de saúde para os povos indígenas, bem como suas necessidades específicas, e promover uma colaboração valiosa com esses povos para a formulação e implementação de políticas e programas conexos;
- (v) Considerar as contribuições e a capacidade da sociedade civil para a promoção, a mobilização social e a implementação de medidas referentes aos determinantes sociais da saúde;
- (vi) Promover a equidade em saúde em todos os países, especialmente por meio do intercâmbio de boas práticas em relação à expansão da participação na formulação e implementação de políticas;
- (vii) Promover a plena participação de países desenvolvidos e em desenvolvimento na formulação e implementação de políticas e medidas para abordar os determinantes sociais da saúde no âmbito internacional.

13. *Continuar reorientando o setor saúde para a redução das iniquidades em saúde*

13.1 Cientes de que a acessibilidade física, disponibilidade, aceitabilidade, acessibilidade econômica e qualidade da atenção à saúde e dos serviços de saúde pública são essenciais para alcançar o mais alto nível de saúde possível – um dos direitos fundamentais de todos os seres humanos – e de que o setor da saúde deveria agir firmemente para a redução das iniquidades em saúde;

13.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Manter e desenvolver políticas de saúde pública efetivas para abordar os determinantes sociais, econômicos, ambientais e comportamentais da saúde, com um foco especial na redução das iniquidades em saúde;
- (ii) Fortalecer os sistemas de saúde para que ofereçam cobertura universal e equitativa e promovam o acesso a serviços integrais e de qualidade em promoção da saúde, prevenção, atenção e reabilitação aos enfermos em todo o ciclo de vida, com ênfase especial na atenção primária à saúde abrangente e integrada;
- (iii) Construir, fortalecer e manter a capacidade em saúde pública, inclusive capacidade para a ação intersectorial sobre os determinantes sociais da saúde;
- (iv) Construir, fortalecer e manter o financiamento da saúde e de sistemas de partilha de riscos que evitem que as pessoas empobrecam quando necessitarem de atenção médica.
- (v) Promover mecanismos que ofereçam apoio e fortaleçam as iniciativas comunitárias de sistemas de financiamento da saúde e partilha de riscos;
- (vi) Promover reformas apropriadas no setor da saúde para fornecer capacidade e ferramentas de redução das iniquidades de saúde, inclusive através de atividades de colaboração;
- (vii) Integrar a equidade como prioridade nos sistemas de saúde, assim como na formulação e provisão de serviços de saúde e programas de saúde pública;
- (viii) Fazer contato e trabalhar com todos os níveis e setores do governo, promovendo mecanismos de diálogo, resolução de problemas e avaliação do impacto sobre a saúde com foco na equidade para identificar e promover políticas, programas, práticas e medidas legislativas que possam ser cruciais para o cumprimento da meta determinada por essa Declaração Política, além de adaptar ou reformar as que forem prejudiciais à saúde ou à equidade em saúde;

- (ix) Intercambiar boas práticas e experiências bem-sucedidas relativas a políticas, estratégias e medidas para continuar reorientando o setor da saúde no sentido de reduzir iniquidades em saúde.

14. **Fortalecer a governança e a colaboração no âmbito global**

14.1 Cientes da importância da cooperação e solidariedade internacionais para o benefício equitativo de todas as pessoas e do importante papel das organizações multilaterais na articulação de normas e diretrizes, na identificação de boas práticas que apoiem ações sobre os determinantes sociais e na facilitação do acesso a recursos financeiros e cooperação técnica, assim como na revisão e, conforme o caso, na alteração estratégica de políticas e práticas que geram impactos negativos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas;

14.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Adotar abordagens políticas coerentes baseadas no direito ao gozo do mais alto nível de saúde possível, levando em consideração o direito ao desenvolvimento mencionado, entre outros documentos, na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993, que reforcem o foco nos determinantes sociais da saúde, para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- (ii) Apoiar os pisos de proteção social definidos pelos países para atender às suas necessidades específicas, assim como o trabalho contínuo de proteção social realizado pelo sistema das Nações Unidas, incluindo a atuação da Organização Internacional do Trabalho;
- (iii) Prestar apoio aos governos nacionais, organizações internacionais, entidades não governamentais e outros atores para que abordem os determinantes sociais da saúde e procurem assegurar que os esforços destinados a fazer avançar as metas internacionais de desenvolvimento e ampliar a equidade em saúde se reforcem mutuamente;
- (iv) Acelerar a implementação, por parte dos Estados signatários, da Convenção Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (FCTC), reconhecendo a ampla gama de medidas, inclusive a redução do consumo e disponibilidade, e estimular os países que ainda não o fizeram a aderir à FCTC, visto reconhecermos que reduzir substancialmente o consumo de tabaco contribuirá de forma importante para abordar os determinantes sociais da saúde e vice-versa;
- (v) Levantar adiante as ações estabelecidas na declaração política da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis nos níveis local, nacional e internacional, assegurando um foco na redução das desigualdades em saúde;
- (vi) Apoiar o papel de liderança da Organização Mundial da Saúde na governança global da saúde e na promoção do alinhamento de políticas, planos e atividades sobre determinantes sociais da saúde com outras agências das Nações Unidas, bancos de desenvolvimento e outras organizações internacionais, incluindo em ações coordenadas de defesa de causas e facilitação do acesso à assistência financeira e técnica para países e regiões;
- (vii) Apoiar os esforços dos governos para promover a capacidade e estabelecer incentivos para o desenvolvimento de uma força de trabalho sustentável na saúde e em outros campos, especialmente nas áreas mais necessitadas;
- (viii) Desenvolver a capacidade de governos nacionais para abordar os determinantes sociais da saúde, proporcionando conhecimentos e facilitando o acesso a recursos por meio do

apoio das agências das Nações Unidas adequadas, especialmente a Organização Mundial da Saúde;

- (ix) Estimular a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul na demonstração de iniciativas, desenvolvimento de capacidades e facilitação da transferência de tecnologia em termos acordados mutuamente para a realização de ações integradas sobre as iniquidades em saúde, em conformidade com as prioridades e necessidades dos países, inclusive em relação aos serviços de saúde e a produção de medicamentos, conforme o caso.

15. *Monitorar os avanços e aumentar a prestação de contas*

15.1 Cientes de que o monitoramento de tendências relativas às iniquidades em saúde e dos impactos de ações destinadas ao seu combate é fundamental para obter avanços significativos; que os sistemas de informação devem facilitar o estabelecimento de relações entre a situação de saúde e as variáveis de estratificação social; e que os mecanismos de responsabilização para guiar a formulação de políticas em todos os setores são essenciais, levando em consideração os diferentes contextos nacionais;

15.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Criar, fortalecer e manter sistemas de monitoramento que forneçam dados desagregados para avaliar as iniquidades em saúde e na distribuição e uso de recursos;
- (ii) Formular e implementar medidas de bem-estar social robustas, baseadas em evidências e confiáveis, utilizando, quando possível, índices, padrões e programas preexistentes em todo o gradiente social, que se estendam além do crescimento econômico;
- (iii) Promover projetos de pesquisa sobre as relações entre os determinantes sociais da saúde e a equidade em saúde, com foco especial na avaliação da eficácia das intervenções;
- (iv) Compartilhar, de forma sistemática, evidências e tendências relevantes com diferentes setores, para fundamentar políticas e ações;
- (v) Melhorar o acesso aos resultados do monitoramento e da pesquisa para todos os setores da sociedade;
- (vi) Avaliar o impacto de políticas sobre a saúde e outras metas sociais e levá-lo em consideração na formulação de políticas;
- (vii) Utilizar mecanismos intersetoriais, como a estratégia de Saúde em Todas as Políticas, para combater as iniquidades e abordar os determinantes sociais da saúde, ampliar o acesso à justiça e assegurar a prestação de contas, que possam ser monitorados;
- (viii) Apoiar o papel de liderança da Organização Mundial da Saúde em sua colaboração com outras agências das Nações Unidas para o fortalecimento do monitoramento de avanços no campo dos determinantes sociais da saúde e no apoio e orientação aos Estados Membros na implementação da estratégia de Saúde em Todas as Políticas para combater as iniquidades em saúde;
- (ix) Apoiar a Organização Mundial da Saúde no acompanhamento das recomendações da Comissão sobre Informação e Prestação de Contas para a Saúde da Mulher e da Criança;
- (x) Promover sistemas de monitoramento apropriados que levem em consideração o papel de todas as partes relevantes, inclusive a sociedade civil, organizações não governamentais e o setor privado, protegendo-se de conflitos de interesses, no processo de monitoramento e avaliação;

- (xi) Promover a equidade em saúde em cada país e entre os países, monitorando avanços no âmbito internacional e aumentando a responsabilidade coletiva no campo dos determinantes sociais da saúde, especialmente por meio do intercâmbio de boas práticas nesse campo;
- (xii) Melhorar o acesso universal e a utilização de tecnologias da informação e inovações inclusivas referentes aos principais determinantes sociais da saúde.

16. *Apelo para uma ação global*

16.1 Nós, Chefes de Governo, Ministros e representantes dos governos, reafirmamos solenemente nossa determinação em agir sobre os determinantes sociais da saúde para gerar sociedades vibrantes, inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis e para superar os desafios nacionais, regionais e globais ao desenvolvimento sustentável. Oferecemos nosso sólido apoio a esses objetivos comuns e nossa determinação de cumpri-los.

16.2 Apelamos à Organização Mundial da Saúde, às agências das Nações Unidas e outras organizações para que promovam, coordenem e colaborem conosco na implementação destas ações. Reconhecemos que as ações globais sobre os determinantes sociais demandarão um aumento da capacidade e do conhecimento da Organização Mundial da Saúde e de outras organizações multilaterais para o desenvolvimento e compartilhamento de normas, padrões e boas práticas. Nossos valores e responsabilidades comuns em relação à humanidade levam-nos a comprometermo-nos com a implementação de ações sobre os determinantes sociais da saúde. Acreditamos firmemente que isso é não só imperativo em termos morais e em relação aos direitos humanos, mas também indispensável para promover o bem-estar, a paz, a prosperidade e o desenvolvimento sustentável. Apelamos à comunidade internacional para que apóie os países em desenvolvimento na implementação destas ações mediante o intercâmbio de boas práticas, provisão de assistência técnica e facilitação do acesso a recursos financeiros, reafirmando as disposições da Declaração do Milênio das Nações Unidas e o Consenso de Monterrey, adotado na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento.

16.3 Instamos os países desenvolvidos que se comprometeram a alcançar, até 2015, a meta de destinar 0,7% do PIB para assistência oficial ao desenvolvimento — assim como os países desenvolvidos que ainda não aderiram a este propósito — a implementar esforços adicionais e concretos para o cumprimento desse compromisso. Também apelamos aos países em desenvolvimento para que deem continuidade ao progresso obtido no sentido de assegurar que a assistência oficial ao desenvolvimento seja usada efetivamente para alcançar os objetivos e metas de desenvolvimento.

16.4 Os líderes mundiais se encontrarão em breve aqui no Rio de Janeiro para considerar as maneiras de enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável estabelecido há 20 anos. Essa Declaração Política reconhece as importantes políticas necessárias para obter o desenvolvimento sustentável e a equidade em saúde através de ações dirigidas aos determinantes sociais.

16.5 Recomendamos que a estratégia dos determinantes sociais seja devidamente considerada na atual reforma da Organização Mundial da Saúde. Recomendamos também que a 65ª Assembléia Mundial da Saúde adote uma resolução endossando esta Declaração Política.